

Às 19h18min (dezenove horas e dezoito minutos), do dia 13 de julho de 2023, o Presidente do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte, Elias José Lopes de Freitas, abriu a **425ª** Sessão Plenária deste Conselho, a quarta a acontecer exclusivamente em formato on-line com 16 conselheiros presentes utilizando a plataforma Google Meet. **Pauta: 1)** Abertura; **2)** Estabelecimento de duração da reunião, conforme previsto no Regimento Interno, art. 34 **3)** Informes **3.1)** Encaminhamento do Ofício produzido pela Câmara Técnica de Política Pedagógica (CTPP) à DEID/SMED. **4)** Votação da ata 424ª **5)** Sobre o convite ao Secretário Municipal de Educação, Prof. Charles Martins Diniz **6)** Apresentação da Política de Monitoramento da Rede Municipal de Educação, pela servidora Eliani Maria de Brito, ao Pleno do CME/BH. **Conselheiros Presentes:** Elias José Lopes de Freitas, Rebeca Cristina Nunes Lloyd, Helder de Paula Moura, Bárbara Mendes da Silva, Marcus Vinícius Bassi Lindenberg Froés, Rosmary Aguayo Pintos, Patrícia Barbosa Lima, Rogério Helvídio Lopes, Wandson Antônio Silva Mourão, Carolina Azevedo Moreira, Lais Sousa Gonçalves, Fausto Augusto Silva Reis, Liliane Salum Alves Moreira, João Henrique Lara do Amaral, Celeste Regiane Moura da Costa, Marli Aparecida de Aro Ferreira. **Justificou ausência:** Luiz Henrique Borges de Oliveira, Cristiana Duarte de Sousa, Andreia de Barros, Alessandra Gomes da Silva, Elair Sanches Dias, Cristiane Nunes de Oliveira. **Membros da Secretaria Executiva presentes:** Elissandra de Cassia dos Santos e Patrícia Maria Gonçalves Fernandes. **Desenvolvimento da Plenária: 1)** O Presidente do Conselho Municipal de Educação, Elias José Lopes de Freitas, abriu a Plenária dando as boas vindas a todos e agradecendo a presença. **2)** O segundo ponto de pauta foi o estabelecimento do teto da Planária para 21:30 conforme sugestão do Presidente e concordância de todos os presentes. **3)** O Presidente informou que o terceiro ponto de pauta refere-se ao ofício produzido pela Câmara Técnica de Política Pedagógica (CTPP) à DEID/SMED que trata das questões apresentadas e discutidas na reunião da Câmara e que ainda não tinham sido enviadas ao gabinete. Segundo ele, as questões foram apresentadas pela representante do Pense Down e pede a confirmação da Coordenadora da Câmara. A Conselheira Rebeca Cristina Nunes Lloyd, coordenadora da CTPP esclareceu que na realidade haviam outras demandas, mas que o conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés, como profissional da educação, havia pautado todas elas na mesa diretora, então a CTPP achou por bem, e foi votado, que agora seriam encaminhadas somente as demandas do Pense Down, porque seria uma dubiedade das perguntas já encaminhadas em ofício da mesa diretora para o gabinete e aí, posteriormente, as perguntas das famílias, representadas pela sociedade civil pelo Pense Down, foram encaminhadas também. O Presidente comentou que são questionamentos importantes e que dizem respeito à evolução da Educação Especial na cidade. **4)** O quarto ponto de pauta é a aprovação da Ata 424ª e para tanto, o Presidente consultou a Plenária se havia alguma observação ou comentário a fazer. Não havendo nenhuma manifestação contrária, a Ata 424ª foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Rebeca Cristina Nunes Lloyd pediu a palavra para informar que a CTPP estará organizando, durante o mês de agosto, um seminário ampliado para tratar de questões referentes à Educação Inclusiva e que está sendo olhado com o CAPE, quem detém o aparato para fazer uma transmissão ampliada pela internet, que está sendo pensado o tema e quando o Seminário acontecer, provavelmente em setembro, a CTPP gostaria de convidar todo o Conselho porque acredita ser de interesse de todos e todas, a educação inclusiva na cidade. O Presidente agradeceu e disse que a proposta é muito importante e que aguardará em setembro. Falou também sobre o convite ao Secretário Municipal de Educação, professor Charles Martins Diniz, que era para estar hoje, mas como houve um problema de agenda e de comunicação com o gabinete porque existe uma outra instância, que é o Fórum Permanente de Educação, que também solicitou uma agenda com o Secretário e as agendas se chocaram.

Esclareceu ainda que o dia 3, mencionado por ele, era na verdade do Fórum Permanente, que funciona no mesmo espaço da Secretaria Executiva do CMEBH, embora sejam instâncias distintas. Continuou dizendo que com esse problema, ele vai comparecer primeiro no Fórum e o CME ficou para agosto, na data da plenária. Na sequência, confirmou com a Conselheira Rosmary Aguayo Pintos se ela tinha um ponto de pauta a acrescentar. A conselheira Rosmary Aguayo Pintos disse que gostaria de saber a respeito do retorno dado à cidadã, uma mãe que procurou o CME referente a Educação Inclusiva. O Presidente esclareceu que em maio, o CME recebeu a manifestação de uma mãe, que acredita se chamar Fernanda, relatando um problema que ela estava enfrentando na escola dos filhos. Segundo o Presidente, ela não nomeou a escola, apenas falou que é uma escola da rede particular e que estava tendo uma carência de assistência de AEE para os filhos dela que tem Autismo. Continuou dizendo que o CME, à época, encaminhou para DEID que respondeu para a mãe informando que a lei está com ela, que tem uma legislação toda a favor dela e que assiste esse direito dos meninos e achou, por bem que o CME também se manifestasse. Continuou dizendo que por isso o CME mandou a proposta de minuta do ofício aos conselheiros para contribuição porque foi discutido na mesa diretora se caberia ao conselho uma manifestação pelo direito da mãe e dos filhos, e ficou entendido também que além de existir o direito, também há o papel fiscalizador do Conselho e a partir disso, foi solicitado à mãe o nome da escola e estamos aguardando o ok de todos os conselhos para a minuta apresentada. Lembrou ainda que a escola tem direito de defesa, direito ao contraditório, que é constitucional e em seguida passou a palavra para a conselheira Rosmary Aguayo Pintos. A Conselheira disse que está ok e que na Câmara Técnica de Política Pedagógica altera pouco questões mais específicas como a questão do AEE nas escolas privadas e nas parceiras, mas é importante o CME estar ciente de como está sendo garantido esse atendimento e agradeceu os esclarecimentos. Dando continuidade, o Presidente do CME deu as boas vindas ao Senhor Leonardo Ferreira Goulart, disse saber do empenho dele na questão da gestão democrática, da participação dos pais e que ele tinha um recado muito interessante para falar com a Plenária e sugere que ele leve essa proposta para a Câmara Técnica de Gestão do Sistema e da Escola para que ela articule a divulgação da proposta a ser apresentada e na sequência, passou a palavra. O senhor Leonardo Ferreira Goulart agradeceu a oportunidade, cumprimentou a todos e todas e se apresentou dizendo já ter sido do Conselho Municipal de Educação e que hoje está como membro do colegiado escolar da Escola Municipal Lídia Angélica, mas que atua no colegiado escolar desde 2015. Segundo ele, foi a partir da sua atuação no Conselho Municipal de Educação que teve mais entendimento de como o colegiado escolar é importante dentro das escolas principalmente se considerar a discussão referente ao aluno, aos pais, à responsabilidade dos pais; a Constituição, em seu artigo 205 que estabelece a Educação como direito de todos, dever do estado e da família e a LDBEN, no artigo 2 que prevê a educação como dever da família e do Estado. E continuou dizendo que já tinha um trabalho dentro do colegiado da Escola Municipal Sebastiana Novais com os pais e agora a filha foi para a Escola Municipal Lídia Angélica e lá continua o trabalho e nas reuniões de colegiado para a organização da Conferência, começou a fazer uma pesquisa pra ver como que o colegiado pode trabalhar, levando em consideração a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio das escolas estaduais que também têm colegiado, pensou na proposta de montar um colegiado onde consiga trabalhar com todos os colegiados, de todas as etapas. Segundo o senhor Leonardo Ferreira Goulart, o que chamou atenção na pesquisa feita, está relacionado a uma fala feita pelo professor Teodoro Zanardi na última Conferência, que ele reproduziu aos Conselheiros de forma resumida. Segundo ele, o referido professor disse que ao analisar a avaliação do Plano de Educação proposta para a Conferência Municipal de Educação

de Belo Horizonte, o direito à educação no sistema brasileiro não pode ser objeto de renúncia e que lhe chamou atenção a indispensável estratégia, no cumprimento das metas, a busca ativa pelos estudantes, mas o jovem ou a criança não pode renunciar ao direito de ir a escola, eles não têm autonomia para isso e se a sociedade aceita a ausência do jovem e da criança da escola, ela comete uma verdadeira lesão ao ordenamento jurídico porque jovem e criança não tem autonomia para resolver evadir da escola, não há justificativa para manifestações de que os jovens não querem ir à escola, a responsabilidade é da família e do estado. Segundo o senhor Leonardo Ferreira Goulart, dentro dos colegiados sempre ouvi que o pai não participa, que a família não participa, sem querer entrar no mérito se o Estado está fazendo a parte dele ou não nem se a família está fazendo, mas entende que a família falha sim porque é ausente, os pais são negligentes. Então, segundo ele ainda, a proposta entende a necessidade de se ter uma associação que reúna os colegiados da Educação infantil, do Ensino Fundamental e das Escolas Estaduais para ampliar a participação e expandir a atuação dos pais para além dos muros da escola, porque sendo do colegiado e membro da associação, eu consigo flutuar dentro de todo o sistema de educação porque eu não sou vinculado à escola, eu sou vinculado à associação que vai trazer a família a responsabilidade e identificar o problema, onde o Estado está falhando, onde a família falhando. Segundo o senhor Leonardo Ferreira Goulart, com essa articulação e com essa divulgação, a proposta da associação irá se estruturar e ampliar a participação dos pais nas pré-conferências e nas conferências municipais através da apresentação do que são esses eventos e os próprios colegiados, o Conselho Municipal de forma contínua contando com o apoio, inclusive, da iniciativa privada porque já se sabe que os problemas que acontecem com as crianças na escola, é resultado de uma família que está sem estrutura, onde o pai está desempregado ou a mãe está com problema. E conclui dizendo que a associação traz exatamente para conhecer a família, para tentar uma estrutura para família, trabalhar com a capacitação, trabalhar não só com o aluno, mas com a família. O Presidente agradeceu e disse que havia entendido que o Sr. Leonardo Ferreira Goulart estava querendo fazer uma associação que congrega representações de todos os colegiados e avaliou a proposta interessante e ousada porque falta mesmo uma associação, em nível de cidade, que congregue os pais e reafirmou que o CME está à disposição para ajudar e o convidou a participar da próxima reunião da CTGSE e apresentar o cronograma de atividades. O senhor Leonardo Ferreira Goulart fez uma ressalva dizendo que sempre encontrou muita dificuldade, em algumas escolas, com relação ao colegiado trabalhar junto com a gestão, com a diretora da escola, mas tanto na Escola Municipal Sebastião Novaes quanto na Escola Municipal Lídia Angélica, encontrou apoio aos pais e apoiam todo o processo. O Presidente disse que é aquela eterna batalha de Ideias, infelizmente, a proposta não é 100% aceita, mas o que Sr. Leonardo Ferreira Goulart está fazendo é muito importante, porque é uma luta diária, contínua. A Conselheira Rebeca Cristina Nunes Lloyd pediu a palavra e sugeriu ampliar a associação para associação de famílias porque diante dos quase 200.000 estudantes que nós temos na rede municipal, há várias configurações de famílias que não necessariamente os estudantes estão com os pais ou mães, às vezes com avós ou às vezes aquelas crianças que estão sob a tutela do estado. E concluiu dizendo que se abre um pouco essa configuração, acredita que será mais democrático e a gente realmente vai ter uma representatividade mais diversa, mais plural daqueles que estão responsáveis pelos alunos matriculados na Rede Municipal de Educação. O senhor Leonardo Ferreira Goulart disse que a ideia de trazer para o CME é exatamente por isso, já que o estatuto da associação está sendo construído e outros olhares aumentam as chances de dar certo. Helder de Paula Moura pediu a palavra, cumprimentou a todos, disse que a participação do Leonardo Ferreira Goulart no CME foi muito importante e solicitou que em outra oportunidade

possa pautar a questão da matrícula das crianças do infantil para o fundamental porque muitas famílias estão procurando por ele relatando que os filhos estão sendo encaminhados para escolas muito distantes. O Presidente solicitou que o Conselheiro Helder de Paula Moura encaminhasse a demanda de pauta à CTGSE, agradeceu a participação do senhor Leonardo Ferreira Goulart e passou a palavra para Eliani Maria de Brito, uma pessoa que é muito importante na rede pelo seu papel muito preponderante na GAPED, entende muito de avaliação, de avaliações externas, dos indicadores das avaliações e que a convidou porque a SMED está retomando uma política que não podia ter sido esquecida, o monitoramento da aprendizagem. Concluiu dizendo que sempre acreditou que ter uma política robusta de monitoramento da aprendizagem é o primeiro passo para uma educação de qualidade, agradeceu e passou a palavra. A assessora Eliani Maria de Brito agradeceu o convite, disse que estudou em escola pública e luta pela qualidade da escola pública, não só pela permanência do aluno, mas que ele tenha nas nossas escolas uma qualidade para que possa continuar sua vida acadêmica, profissional e ser bem sucedido. Ela iniciou dizendo que iria falar de monitoramento e iria mostrar números que são importantes para a gente, para a família. A qualidade da educação é avaliada usando 22 metas muito importantes e uma delas é a participação dos nossos alunos nas avaliações externas, temos 2 avaliações externas muito importante no estado, o SIMAVE, da Secretaria do Estado, que avalia a nossa qualidade da educação e uma que é do Governo Federal, que é o SAEB, que gera o IDEB. aquela prova que é feita no final do ano, que avalia a qualidade da nossa educação na nossa educação aqui em Belo Horizonte, em Minas Gerais e no nosso país. Então é fundamental que haja a presença de 100% dos nossos alunos. Esclareceu que a prova do Governo Federal, SAEB, para gerar o Ideb da minha escola, se trabalha com 2 pilares: fluxo dos nossos alunos e a aprendizagem dos nossos alunos, que é a proficiência em português e matemática. A frequência do aluno é fundamental porque a taxa de fluxo é chamada nesse cálculo de T e corresponde ao tempo estimado de conclusão, por exemplo, os anos iniciais o aluno tem que levar 5 anos para percorrer uma trajetória regular, quando esse tempo fica maior, porque teve uma retenção, uma evasão, um abandono esse T passa a ser maior. Nos anos finais, que é o nono ano onde acontece a prova, ele precisa de 4 anos para atravessar uma trajetória regular, do sexto ao nono. Apresentou as informações separadamente porque o Ideb do Governo Federal distingue em 2 momentos, os anos iniciais e os anos finais. Disse que já ouviu de alunos e de professores que essa avaliação não vale nota, então não é importante, muito pelo contrário, uma avaliação externa que vem de fora da nossa rede, ela vai estar medindo a qualidade do nosso sistema de educação. Não avaliar, por exemplo, se o quinto ano, as habilidades que deveria saber, se consolidou os conteúdos que deveria consolidar, ou se há aluno no quinto ano ainda sem saber ler, sem saber fazer contas. A participação dos alunos não é só no dia de uma avaliação externa porque se ele for ausente, parte do Ideb, que é a aprendizagem, vai ficar abalada porque ele não vai na escola. O aluno precisa estar na escola para aprender e para ele consolidar as suas habilidades. Então, diante disso, foi criado um Painel interativo, que está disponível ao público, de ensino e aprendizagem que contém as matrizes avaliativas do quinto e do nono ano, no qual é possível acompanhar o que cai numa avaliação externa, o que está sendo avaliado, o que está sendo cobrado e o currículo que a gente tem que seguir. É possível selecionar a regional e a escola para conhecer o fluxo dessa escola no primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto e identificar se o aluno tem uma trajetória regular nos anos iniciais de 5 anos ou irregular para os que cursaram por 6 anos ou mais. Se o fluxo da escola não está em 100% no primeiro, segundo, quarto e quinto anos são estudantes que abandonaram porque só há retenção por infrequência, já no terceiro poderemos ter retenção por infrequência ou aprendizagem o que dificulta o índice relativo ao fluxo se aproximar dos 100%. No painel também

é possível acompanhar os índices relativos à aprendizagem através dos seus índices de proficiência. Os dois índices juntos formam o IDEB e são monitorados para entender se a escola está melhorando ou não seus índices para alcançar o IDEB estimado pelo MEC para a escola. Em 2023, as provas do SAEB serão aplicadas entre os dias 23/10 e 10/11 e é fundamental que todos os alunos estejam presentes em sala de aula porque ela vai validar nosso sistema educacional, se estão sendo consolidados as habilidades necessárias para que nossos alunos possam seguir com seus estudos. O painel mostra ainda os descritores que são as nossas habilidades que o aluno tem que ter aprendido. Para ilustrar a fala, mostrou os dados de uma escola. Para acompanhar os índices de proficiência dos estudantes da Rede Municipal, foi criado internamente o SMAE - Sistema de Monitoramento e Acompanhamento Escolar no qual constam as mesmas habilidades que estão no painel interativo e que fazem parte das avaliações externas. Então, a partir dos resultados obtidos pelo aluno durante as aulas, o professor vai marcar no SMAE se o aluno alcançou ou não a habilidade trabalhada em sala de aula para que esteja de acordo com o resultado das avaliações externas e se identificar que o aluno está com alguma dificuldade, coloca ele num reforço escolar porque não podemos deixar aluno nenhum ficar para trás. Estamos usando esses 2 sistemas para monitorar os nossos alunos, tanto na função avaliações, porque a avaliação externa que vai falar para o professor sobre as dificuldades ou não dos estudantes e para quais habilidades deve dar mais atenção em sala de aula, ou seja, vai casar o resultado de uma avaliação externa, com os resultados de uma avaliação interna. Então, pegamos o segundo ano, onde os alunos precisam estar alfabetizados, pegamos o quinto e o nono ano e projetamos metas para as nossas escolas e portanto não posso deixar o meu aluno, meu filho ficar sem fazer uma avaliação externa, porque isso vai refletir nos meu resultados. Então, nós projetamos para as nossas escolas uma meta de participação, ou seja, 100% dos nossos alunos precisam estar na sala de aula fazendo as provas no dia das avaliações externas e vamos aumentar o percentual de resultado e da proficiência. Gostaria que ficasse na cabeça de vocês uma coisa, estamos monitorando nossa aprendizagem, monitorando a frequência dos nossos alunos nas salas de aula e nas avaliações e será feita campanha de esclarecimento sobre as avaliações, inclusive com os pais, no segundo semestre. O aluno estar lá fazendo a prova é fundamental para a gente verificar quais alunos estão com dificuldades, onde e como a gente pode resolver o problema e as avaliações externas desse ano, o SAEB desse ano, vai conseguir medir o tamanho da defasagem que tivemos em função da Pandemia e comparar com os resultados dos anos de 2019, que foi anterior à pandemia e com 2021, que foi durante a pandemia. O Conselheiro Rogério Helvídio Lopes pediu a palavra e disse que tinha alguns questionamentos, e talvez até um certo preconceito em relação a esses tipos de avaliações sistêmicas, que ocorre não só no Brasil, mas no mundo e fazem de uma certa forma, um ranqueamento institucional e também um ranqueamento do que é importante, do que não é importante. Esse tipo de ranqueamento faz com que muitas vezes, as escolas direcionem os seus trabalhos, as suas metodologias e pressionem os professores e professoras por resultados, e isso se assemelha aos cursos livres para vestibular e Enem que têm um determinado objetivo e saberes relacionados aos é cobrado nesses testes e vão se adequando a essa performance, e não necessariamente voltado para o que chamou de formação social, que evita muitas vezes que a gente vote em ditadores. As escolas, inclusive, começam a receber mais recursos em alguns estados ou municípios, conforme o rendimento que elas têm nesses processos. E voltou a dizer que o ranqueamento faz com que o gestor escolar e a própria comunidade, por questões de distribuição de recursos, canalize os seus esforços para sair bem. Perguntou também o que é feito com os estudantes que estão com índices abaixo do esperado, porque é uma população bastante significativa que fica com essa formação prejudicada. E finalizou

perguntando se os saberes dos povos originários, quilombolas e do campo foram contemplados nesse processo ou é apenas aquele saber eurocêntrico e se nesse levantamento que vocês fazem de notas há alguma categorização ou segmentação por gênero, raça, religião, idade ou condição ou índice socioeconômico. A senhora Eliani Maria de Brito disse que não falou em ranqueamento, principalmente aqui na nossa rede. Disse que não tem ranqueamento justamente porque sabe que temos territórios diferentes e sabe muito bem que o território influencia muito nos resultados. Só há a comparação da escola com ela mesmo porque preciso saber que se ela teve X pontos em uma avaliação e na próxima foi X mais um, ela está melhorando. Não posso comparar em escolas diferentes localizadas em um mesmo território. Com relação ao que o Rogério falou, nós temos um currículo essencial, contendo o que é necessário para que os alunos saiam do Ensino Fundamental, são 322 habilidades. Já a matriz avaliativa, que é o que, dentro desse currículo enorme, é possível mensurar. Então isso significa que uma matriz avaliativa, que foi escolhida por especialistas, é menor que o currículo e as escolhidas são aquelas consolidadas após inúmeras outras que não serão avaliadas, e se não for alcançada o aluno não pode continuar seus estudos porque não poderá aprender outras tantas que também não constam na avaliação. Então é assim que se monta uma avaliação, ela é um pedacinho do currículo tão essencial que se o aluno não tiver sabendo, ele não sabe o restante. A partir de 2024, a prova do Saeb, ela não vai ter apenas 2 pilares, que é a taxa de aprovação e a proficiência, ela vai ter mais um pilar, que é o nível socioeconômico dos alunos, porque é fundamental que o nível socioeconômico, ele esteja presente na composição desse indicador. O Presidente, Elias José Lopes de Freitas, disse que tem acompanhado essa discussão que começou junto com a instituição das avaliações e indicou o autor Luiz Carlos de Freitas que escreveu um artigo, numa revista chamada Educação e Sociedade da Unicamp, em que fala da necessidade da gente suplantando determinadas discussões, e quando falou da escola, de comparar com ela mesmo, a escola tem que começar a pensar em avanço, desenvolvimento intelectual dos alunos, sob pena da gente cair no que ele chama de democratismo excessivo, porque às vezes é um pouco perverso. E finalizou perguntando se a equipe criou um índice de vulnerabilidade escolar. A senhora Eliani Maria de Brito complementou sua resposta falando que se não existisse uma avaliação sistêmica externa, que tem seus defeitos, por exemplo, não olha o nível socioeconômico do aluno, mas não tínhamos como avaliar a nossa educação no país antes de 2005 no formato que a gente avalia hoje. A avaliação externa serve justamente para verificar se realmente a habilidade está sendo dada, no formato que ela tem que ser dada para todos os alunos, fácil, médio e difícil. Esclareceu também que são feitos estudos verificando se os meninos aprendem no mesmo formato que as meninas, se os alunos pretos e pardos aprendem no mesmo formato que os brancos e não aprendem, não há equidade nas nossas escolas, estamos falhando nisso, temos dificuldade de fazer com que os nossos alunos pretos e pardos aprendam no mesmo formato dos nossos alunos brancos e a frequência dos nossos alunos é mais complicada do que a das meninas e isso faz com que a aprendizagem fique defasada porque ele não está na sala de aula. O Conselheiro Rogério Helvídio Lopes Rosa pediu a palavra e disse que há pesquisas apontando que a questão da segurança alimentar e nutricional é fator bastante preponderante nessa questão do desenvolvimento cognitivo dessa faixa etária também, e esse poderia ser mais um quesito a ser colocado nesse sistema e agradeceu. O Conselheiro Helder de Paula Moura pediu a palavra, agradeceu a presença da professora Eliani Maria de Brito e perguntou se as informações apresentadas por ela estavam disponíveis no site qedu.org.br/brasil porque nele também se encontra informações sobre a evolução da educação, do infantil a faculdade. A Eliani Maria de Brito esclareceu que que sim, dentro do qedu.org.br tem todas essas informações, mas não tão ajeitadinha igual a gente colocou porque eles pegaram as

informações escola por escola e colocamos tudo junto e que o QEDU só trabalha com resultados do Saeb, que é o sistema do governo, e o que ela trouxe, além do Saeb, tem o SIMAVE, que é o sistema de Minas Gerais. O QEDU é o site usado pelo Todos pela Educação e ela também utiliza porque eles tem muitas ideias bacanas. Então, eles juntam todas as informações do QEDU, do Saeb, do SIMAVE, nossas informações aqui que nós também temos e juntamos num único lugar, que é esse Painel interativo que fica mais fácil para todo mundo ter acesso às escolas. A Conselheira Rosmary Aguayo Pintos pediu a palavra e disse que trabalha no Atendimento Educacional Especializado há 13 anos e acompanha aprendizagem desses estudantes que são o alvo do atendimento dela e há autores como Teresa de Montoan, que foi uma referência na formação da equipe do AEE e da DEID para a questão da Educação Inclusiva, e ela sempre questionou muito os sistemas de monitoramento de aprendizagem por não atenderem a questão das diversidades de aprendizagem e interações com as linguagens. Segundo a Conselheira, hoje a rede tem, mais ou menos 6000 e poucos estudantes com deficiência, e ela os acompanha no AEE, que é opcional, no contraturno e com um currículo muito específico em termos de acessibilidade, não propriamente de currículo escolar, de ensino e aprendizagem. Ela pensa em quem preenche essa lacuna, de pensar esses conteúdos mínimos básicos, e que nenhum estudante fique para trás, que se garanta a igualdade de oportunidades de aprendizagem enquanto formação integral, social, cognitivo, enfim, essas habilidades que formam para o exercício adulto, profissional, social, cultural. Como assegurar essa igualdade porque também não está posto o reforço escolar porque ele já tem o AEE e ela tem um estudante, com 13 anos, que acompanha desde a educação infantil, que está saindo no nono ano sem o básicos de instrumental, de letramento, de alfabetização, de numeramento e até de conceitos de tempo, espaço. Como garantir uma formação significativa instrumental que realmente abstraia em termos de simbolização, de conceitualização a esses estudantes com tanta diversidade, com essas condições de ensino, porque se a gente fala de monitoramento de aprendizagem, a gente tem que garantir a aprendizagem e a gente tem que garantir ensino e aí eu não vou nem te entrar no mérito que eu sou do sindicato dos trabalhadores da educação, que a gente não tem 100% dos professores em sala, a gente não tem 100% dos professores com saúde mental em condições de ensino, com esse clima escolar, sem a intersetorialidade porque esses estudantes chegam com necessidade que o professor que ensinar, mas como? São muitos desafios, é muito frustrante. A professora Eliani Maria de Brito informou que nas avaliações externas todos os estudantes participam, inclusive os estudantes com deficiência. Se estiver registrado no censo escolar que ele é um aluno com deficiência, vai vir a prova específica para sua deficiência. Só que em uma avaliação externa, eu aplico a prova para o aluno, respeitando a sua deficiência, mas na hora de computar esse resultado, ele não é computado. Eu não computou uma prova de um aluno que está registrado no censo escolar como aluno com deficiência. Com relação às avaliações diagnósticas, que é a avaliação que a escola faz dentro da escola, a escola é que deve respeitar essas deficiências e fazer com que o aluno participe das diagnósticas nas salas de aula, como qualquer outro aluno e ali sim, o professor tem que verificar como que a aprendizagem do aluno está acontecendo, se ele está conseguindo consolidar as habilidades ou se ele não está conseguindo alcançar as habilidades e também deve respeitar a deficiência desse aluno. Se precisar tirar da sala de aula e fazer em lugar mais isolado, a escola tem autonomia para isso. Se ele precisa de uma prova ampliada, converse com a gerência de inclusão para fazer essa prova ampliada. Com relação ao reforço escolar, se alguma escola estiver retirando aluno do reforço escolar, tem que ser avisado aqui na Secretaria, porque não é pra fazer isso, inclusive no nosso sistema de monitoramento, são localizamos os alunos com problemas nas habilidades essenciais, seja ele com deficiência ou

não, e a gente indica que esse aluno seja atendido no reforço escolar no turno ou no contra turno. E concluiu dizendo que é o único lugar que não aparece o resultado dos alunos com deficiência porque não depende dela, porque se dependesse, colocaria esse resultado no meio de todo mundo, porque não faz diferença 6000 alunos num universo de 102000, mas não tem como fazer isso, porque é uma avaliação externa. O Conselheiro Wandson Antônio Silva Mourão pediu a palavra e perguntou se, a partir da análise dos resultados da avaliação externa, há o foco no encaminhamento das crianças para o reforço escolar, se há também alguma ação de formação docente em serviço para que possa aprimorar a sua prática, sua metodologia considerando a diversidade, a diferença de aprendizado. A Eliani Maria de Brito disse que seria possível responder em relação às avaliações. Segundo ela, quando tem o resultado de uma avaliação, é feito todo esse levantamento e categoriza, por isso que a gente sabe que o nosso ensino não tem equidade, porque a gente pega os resultados dos alunos branco, dos alunos pretos e pardos e vê que há uma diferença na média de proficiência, a mesma coisa a gente faz com o resultado dos alunos com deficiência, do SIMAVE recebe os microdados, apesar de um estado não divulgar os alunos com deficiência no resultado geral da escola, nós temos o resultado. E o que que a gente faz com isso? Leva esses resultados, apresenta essas diferenças, porque não poderíamos ter diferenças de cor e raça, por alunos com deficiência ou não, e a gente apresenta para as gerências responsáveis e acredita que essas gerências, ético racial e da inclusão que eles fazem um trabalho de formação porque conhecem os dados da rede, eles sabe dessas diferenças de proficiência e eles sabem também que o nosso objetivo é ter uma educação de qualidade para todos. O Presidente, como não havia mais inscrições, agradeceu a presença da Eliani Maria de Brito pela presença e disse que acredita que é função do Conselho acompanhar a evolução, a trajetória da rede a partir de agora, já que vamos ter esse monitoramento, que é importante acompanhar a escalada do Ideb. A Eliani Maria de Brito, antes de se despedir e agradecer o convite, disse que nossas escolas têm que fazer diferença na vida dos nossos filhos, eles precisam entrar na escola e quando eles saírem dela, a escola tem que ter feito diferença na vida deles. Essa é uma preocupação fundamental, principalmente da parte dela, porque fica atenta, chama atenção, faz reuniões com várias equipes diferentes. Segundo ela, apesar de todas as diferenças entre nossos alunos, cor, raça, cor, nível socioeconômico, a escola tem que fazer diferença. Concluiu agradecendo a oportunidade e disse que, precisando, podem chamar. Em seguida, o Presidente passou para o último ponto de pauta que era a data da plenária do mês de agosto. Segundo ele, na última semana de agosto está programada a Semana da Educação, um evento que mexe com a cidade e com muitos profissionais que aqui estão. Então, sob pena da gente não ter quórum, propôs a antecipação da Plenária para a penúltima quinta-feira do mês de agosto, dia 24/8, data que será colocada à disposição do Secretário de Educação. Por unanimidade, a alteração foi aprovada. Concluídos todos os pontos da pauta, às 20h55min, o Presidente do Conselho Municipal de Educação, Elias José Lopes de Freitas, encerrou a Sessão Plenária Remota, agradecendo a presença de todos. O registro dessa Sessão foi feito pela Secretaria Executiva através da gravação do áudio, que foi devidamente transcrito para a presente Ata. _____